TABELA 1 - SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM CRUZEIROS	
17.04	SECRETARIA DA JUSTICA COORD DOS ESTABELECIMENTOS PENIT ESTADO		
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO		900.000.000
	SUB-TOTAL		900.000.000
	TOTAL		900.000.000
	ATIVIDADES	CORRENTES	CAPITAL
	ATENDIMENTO PENITENCIARIO		
02.04.015.2.246		900.000.000	0
	TOTAL	900.000.000	0

TABELA 2 - SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM CRUZEIROS	
99.99	RESERVA DE CONTINGENCIA RESERVA DE CONTINGENCIA		
9.0.0.0	RESERVA DE CONTINGENCIA		900.000.000
	SUB-TOTAL		900.000.000
	TOTAL		900.000.000
	ATIVIDADES	CORRENTES	CAPITAL
	RESERVA DE CONTINGENCIA		
99.99.999.2.411		900.000.000	0
	TOTAL	900.000.000	0

TABELA 2 - SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM CRUZEIROS	
17	SECRETARIA DA JUSTICA		
17.04	ADMINISTRACAO DIRETA COORD DOS ESTABELECIMENTOS PENIT ESTADO		
	TOTAL	900.000.000	
4A.	QUOTA	900.000.000	
	REDUCAO		
99	RESERVA DE CONTINGENCIA ADMINISTRACAO DIRETA		
99.99	RESERVA DE CONTINGENCIA		
	TOTAL	900.000.000	
4A.	QUOTA	900.000.000	

DECRETO N.º 21.831, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1983

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo — IPESP, com redução de recursos, para atender despesas com o PASEP e Amortização

ANDRÉ FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais;

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito de Cr\$ 1.214.100.000,00 (um bilhão, duzentos e quatorze milhões e cem mil cruzeiros), suplementar ao seu orçamento vigente, observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, a discriminação indicada nas Tabelas 1 e 3, deste decreto.

Artigo 2.º — O valor do presente crédito será coberto com redução de recursos da mesma Autarquia, com recursos de que trata o inciso III, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de dezembro de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

João Sayad, Secretário da Fazenda

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 28 de dezembro de 1983.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

TABELA 1 - SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM CRUZEIROS	
14.55	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO INST PREV DO EST DE S PAULO IPESP		
3.2.8.0	CONTRIB.P/FORH.PATRIM.SERV.PUBLICO-PASEP		100.000
	SUB-TOTAL		100.000
4.3.5.1	AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTRATADA		1.214.000.000
	SUB-TOTAL		1.214.000.000
	TOTAL		1.214.100.000
	ATIVIDADES	CORRENTES	CAPITAL
	ASSIST. PREVIDENCIARIA SERVIDOR PUBLICO		
15.82.492.2.183		100.000	1.214.000.000
	TOTAL	100.000	1.214.100.000

TABELA 3 - SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM CRUZEIROS	
14.55	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO INST PREV DO EST DE S PAULO IPESP		
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS		1.214.100.000
	SUB-TOTAL		1.214.100.000
	TOTAL		1.214.100.000
	ATIVIDADES	CORRENTES	CAPITAL
	ASSIST. PREVIDENCIARIA SERVIDOR PUBLICO		
15.82.492.2.183		1.214.100.000	0
	TOTAL	1.214.100.000	0

TABELA 3 - SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM CRUZEIROS	
14.55	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO INST PREV DO EST DE S PAULO IPESP		
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS		1.214.100.000
	SUB-TOTAL		1.214.100.000
	TOTAL		1.214.100.000
	ATIVIDADES	CORRENTES	CAPITAL
	ASSIST. PREVIDENCIARIA SERVIDOR PUBLICO		
15.82.492.2.183		1.214.100.000	0
	TOTAL	1.214.100.000	0

DECRETO N.º 21.832, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1983

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar à Carteira de Previdência dos Deputados à Assembléia Legislativa, para atender despesas de auxílio-funeral

ANDRÉ FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito suplementar de Cr\$ 1.898.593,00 (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e três cruzeiros), observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, a discriminação indicada nas Tabelas 1 e 3, deste decreto.

Artigo 2.º — O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos provenientes de redução orçamentária, da própria Autarquia, consoante dispõe o inciso III, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de dezembro de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

João Sayad, Secretário da Fazenda

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 28 de dezembro de 1983.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

TABELA 1 - SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM CRUZEIROS	
14.83	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO CARTEIRA PREVID.DEPUTADOS ASS.LEGISL.		
3.2.5.9	OUTRAS TRANSFERENCIAS A PESSOAS		1.898.593
	SUB-TOTAL		1.898.593
	TOTAL		1.898.593
	ATIVIDADES	CORRENTES	CAPITAL
	ASSIST PREVID AOS DEPUTADOS ESTADUAIS		
15.82.492.2.190		1.898.593	0
	TOTAL	1.898.593	0

TABELA 3 - SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM CRUZEIROS	
14.83	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO CARTEIRA PREVID.DEPUTADOS ASS.LEGISL.		
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS		1.898.593
	SUB-TOTAL		1.898.593
	TOTAL		1.898.593
	ATIVIDADES	CORRENTES	CAPITAL
	ASSIST PREVID AOS DEPUTADOS ESTADUAIS		
15.82.492.2.190		1.898.593	0
	TOTAL	1.898.593	0

TABELA 3 - SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM CRUZEIROS	
14.83	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO CARTEIRA PREVID.DEPUTADOS ASS.LEGISL.		
3.2.5.9	OUTRAS TRANSFERENCIAS A PESSOAS	1.898.593	1.898.593
	TOTAL	1.898.593	1.898.593
	REDUCAO		
14.83	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO CARTEIRA PREVID.DEPUTADOS ASS.LEGISL.		
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	1.898.593	1.898.593
	TOTAL	1.898.593	1.898.593

DECRETO N.º 21.833, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1983

Institui o Ciclo Básico no ensino de 1.º grau das escolas estaduais

ANDRÉ FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que as séries iniciais do ensino de 1.º grau nas escolas estaduais devem levar em conta o aspecto de continuidade do processo educativo e respeitar as características individuais dos alunos,

Considerando a necessidade de se permitir maior flexibilidade na organização curricular e na avaliação do desempenho de cada aluno individualmente na fase de alfabetização,

Considerando a vantagem de permitir aos alunos que necessitem de atendimento individualizado permanecerem maior tempo na escola,

Considerando a manifestação do Conselho Estadual de Educação (Parecer CEE-1.913/83) homologada pelo Secretário da Educação,

Decreta:

Artigo 1.º — É instituído, no ensino de 1.º grau das escolas da rede estadual, o Ciclo Básico com as seguintes finalidades:

I — assegurar ao aluno o tempo necessário para superar as etapas de alfabetização, segundo seu ritmo de aprendizagem e suas características sócio-culturais;

II — proporcionar condições que favoreçam o desenvolvimento das habilidades cognitivas e de expressão do aluno previstas nas demais áreas do currículo;

III — garantir às escolas a flexibilidade necessária para a organização do currículo, no que tange ao agrupamento de alunos, métodos e estratégias de ensino, conteúdos programáticos e critérios de avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo único — O Ciclo Básico terá a duração mínima de dois anos letivos e será implantado a partir do ano letivo de 1984.

Artigo 2.º — Ao docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade, com habilitação específica para o magistério de 1.ª a 4.ª séries do 1.º grau, quando atuar no Ciclo Básico, poderá ser atribuída carga suplementar de trabalho docente de até 8 (oito) horas semanais, composta de horas-aula e horas-atividade, respeitado o disposto no artigo 7.º do Decreto n.º 14.329, de 29 de novembro de 1979 e o Decreto n.º 21.536, de 25 de outubro de 1983.

§ 1.º — A carga suplementar de trabalho docente a que se refere este artigo será atribuída sem prejuízo daquelas previstas pelos Decretos n.º 16.854, de 7 de abril de 1981 e n.º 21.536, de 25 de outubro de 1983.

§ 2.º — O disposto neste artigo não se aplica ao docente em Jornada Integral de Trabalho Docente.

Artigo 3.º — Compete ao Diretor de Escola tomar as providências necessárias para implantação do Ciclo Básico na forma que dispuser o respectivo regulamento.

Artigo 4.º — Até o dia 15 de janeiro de 1984, por proposta do Secretário da Educação, será aprovado o Regulamento do Ciclo Básico.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos 28 de dezembro de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

Paulo de Tarso Santos, Secretário da Educação

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 28 de dezembro de 1983.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

DECRETO N.º 21.834, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1983

Autoriza a Fazenda do Estado a receber em doação bens que especifica

ANDRÉ FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, autorizada a receber, em doação da Motorádio S.A. — Comercial e Industrial, sediada na Rua Fortunato Ferraz, 75, nesta Capital, um rádio transceptor marca Motorádio PX — Faixa do Cidadão — modelo FA-M-61, uma fonte de alimentação modelo FF-M-11-A, dois conectores QM2/QA.1 e 42 metros de cabo RG 213/UPT/40100201, destinados ao uso do Comando de Policiamento de Área Metropolitana/1, da Polícia Militar do Estado.

Artigo 2.º — A Polícia Militar do Estado adotará as medidas de caráter administrativo-contábeis decorrentes da nova inclusão patrimonial.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de dezembro de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

Miguel Reale Junior, Secretário da Segurança Pública

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 28 de dezembro de 1983.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

DECRETO N.º 21.835, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1983

Dispõe sobre concessão de auxílio para aquisição de equipamentos às instituições assistenciais que especifica

ANDRÉ FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 87, da Lei n.º 440, de 24 de setembro de 1974 e artigo 2.º, da Lei n.º 1.003, de 22 de junho de 1976, regulamentadas pelo artigo 2.º, inciso II, do Decreto n.º 13.008, de 21 de dezembro de 1978 e à vista das deliberações do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica concedido auxílio de Cr\$ 83.924.000,00 (oitenta e três milhões, novecentos e vinte e quatro mil cruzeiros) para aquisição de equipamentos às seguintes instituições assistenciais:

- I — D.R. 01 — GRANDE SÃO PAULO Cr\$
 - a) São Caetano do Sul
 - 1. Sociedade Beneficente Hospitalar "São Caetano", Departamento: Hospital Beneficente "São Caetano" 22.116.000,00
- II — D.R. 02 — LITORAL
 - a) Jacupiranga
 - 1. Ação Comunitária e Assistência Social de Jacupiranga 1.308.000,00
- III — D.R. 04 — SOROCABA
 - a) Itapeva
 - 1. Santa Casa de Misericórdia de Itapeva ... 13.000.000,00
- IV — D.R. 09 — ARAÇATUBA
 - a) Andradina
 - 1. Irmandade da Santa Casa de Andradina .. 15.000.000,00
 - b) Birigui
 - 1. Fundação do Bem-Estar Social de Birigui — FUBEM 10.000.000,00
 - c) Pereira Barreto
 - 1. Santa Casa de Misericórdia 12.500.000,00
 - 2. Serviço de Obras Sociais de Pereira Barreto 10.000.000,00

Artigo 2.º — A realização da despesa com a execução do disposto neste decreto correrá à conta de crédito financeiro depositado em conta especial pela Secretaria da Fazenda.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de dezembro de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

Carlos Alfredo de Souza Queiróz,

Secretário da Promoção Social

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 28 de dezembro de 1983.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

DECRETO N.º 21.836, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1983

Dispõe sobre concessão de auxílio para construção às instituições assistenciais que especifica

ANDRÉ FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 87, da Lei n.º 440, de 24 de setembro de 1974 e artigo 2.º, da Lei n.º 1.003, de 22 de junho de 1976, regulamentadas pelo artigo 2.º, inciso II, do Decreto n.º 13.008, de 21 de dezembro de 1978 e à vista das deliberações do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica concedido auxílio de Cr\$ 88.570.000,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e setenta mil cruzeiros) para construção às seguintes instituições assistenciais:

- I - D.R. 01 - GRANDE SÃO PAULO Cr\$
 - a) Capital
 - 1. Associação Barão de Souza Queiróz de Proteção à Infância e à Juventude, Departamento: Instituto Dona Ana Rosa 10.000.000,00
 - 2. Lar da Criança Menino Jesus 30.000.000,00
- II — D.R. 05 — CAMPINAS
 - a) Casa Branca
 - 1. Santa Casa de Misericórdia de Casa Branca 24.000.000,00
 - b) Piracicaba
 - 1. Centro de Reabilitação Piracicaba 15.000.000,00